



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se a seguinte redação ao art. 452 do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10 de dezembro de 2024:

“**Art. 452.** A partir de 1º de janeiro de 2027, ficam reduzidas a zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados que não tenham sido efetivamente industrializados na Zona Franca de Manaus no ano de 2024, nos termos do art. 126, inciso III, alínea “a”, do ADCT.

§ 1º O Poder Executivo da União divulgará:

I - a lista dos produtos efetivamente industrializados na Zona Franca de Manaus em 2024, discriminando entre:

- a) os produtos cuja alíquota do IPI não será reduzida a zero; e
- b) os produtos cuja alíquota do IPI será reduzida a zero em função do disposto no art. 451; e

II - a lista dos produtos para os quais a alíquota do IPI será reduzida a zero nos termos do *caput* deste artigo.

§ 2º Na hipótese de bens sem similar nacional cuja produção possa vir a ser instalada na Zona Franca de Manaus, fica o chefe do Poder Executivo da União autorizado a fixar alíquota do IPI em percentual superior a zero, nos termos do inciso II do art. 455.”



JUSTIFICAÇÃO

São inegáveis os avanços obtidos, pelo País, com a promulgação da Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, de 2023, que altera substancialmente o sistema brasileiro de tributação sobre o consumo, buscando ser consentâneo com as exigências de simplificação, racionalização, transparência, segurança jurídica e compatibilidade com outros modelos de tributação internacionalmente adotados.

No que tange a Zona Franca de Manaus (“ZFM”), a referida Emenda Constitucional preservou as suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo anteriormente estabelecido (2073) e delegou a legislação infraconstitucional a função de instituir mecanismos que mantenham, em caráter geral, o diferencial competitivo que a legislação dos tributos que serão substituídos em razão da Reforma Tributária confere, atualmente, às mencionadas áreas especiais.

Desenganadamente, a ZFM tem assumido posição de bastião no crescimento econômico e no desenvolvimento na região Norte do Brasil, impulsionando a ocupação territorial e o desenvolvimento industrial por meio de incentivos fiscais, além de contribuindo sobremaneira com a preservação da floresta amazônica, maior floresta tropical do mundo, possuidora de enorme biodiversidade e fonte de sustento para as comunidades locais, desempenhando relevante papel no equilíbrio climático do planeta.

Em outras palavras, não resta nenhuma dúvida de que quis o constituinte derivado preservar o diferencial competitivo da ZFM, justamente aquele existente na data de sua promulgação.

Nesse contexto, para melhor refletir os objetivos definidos pelo constituinte derivado, a legislação complementar deve, portanto, evitar indesejados espaços para dúvidas e judicialização em relação a esta matéria.

Ademais, deve-se também mitigar eventuais interpretações contrárias ao objetivo da EC nº 132, de 2023, de modo a preservar, inclusive, o conjunto dos contribuintes brasileiros de indesejado aumento de carga tributária, sem que esteja relacionado à preservação do diferencial competitivo da referida Zona atualmente existente.



Considerando que o art. 126 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela EC nº 132, de 2023, garantiu a aplicação da alíquota do IPI para os produtos não industrializados na ZFM, conforme critérios estabelecidos em lei complementar, é imprescindível que a lista destes produtos (não industrializados na referida Zona) seja também divulgada pelo Poder Executivo da União (frise-se, por este já conhecida), de modo a oferecer segurança jurídica para os contribuintes situados fora dela.

Nesse sentido, considerando que a falta de clareza e a insegurança jurídica prejudicam a previsibilidade e a confiança dos contribuintes, dificultando a adequada conformidade tributária, apresentamos ajustes no art. 452, nos termos desta Emenda, para, justamente, preservar os nobres objetivos pressupostos pela Constituição Federal. Vale lembrar que a emenda resgata a redação do art. 466 do PLP no texto que veio aprovado pela Câmara, que, a nosso ver, dá tratamento tributário mais adequado para a questão.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de dezembro de 2024.

Senador Efraim Filho
(UNIÃO - PB)

